



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de Unidade Curricular

Curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica

1. Nome da Unidade curricular:

Contencioso Administrativo e Tributário

2. Informação Complementar:

Duração: Semestral Anual
Horas de Trabalho: 196
Créditos ECTS: 7

3. Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular:

Prof. Doutor Miguel Assis Raimundo

4. Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular:

N/A

5. Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes):

- Domínio avançado dos princípios estruturantes e das principais questões actuais do direito português do contencioso administrativo
- Capacidade de análise e abordagem críticas de acórdãos e artigos doutrinários, numa perspectiva aprofundada e de investigação autónoma, típica do curso de mestrado
- Resolução de problemas jurídicos (sob a forma de hipóteses e casos práticos), dotando os alunos de ferramentas que lhes permitam actuar nos diferentes contextos profissionais relacionados com o contencioso administrativo e tributário (magistratura, advocacia, exercício de funções nas entidades administrativas ou junto dos cidadãos e empresas que contactam com a administração pública)

6. Conteúdos programáticos:

CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO PORTUGUÊS: TEMAS ESSENCIAIS DO MOMENTO PRESENTE

§ 1.º – APRESENTAÇÃO GERAL E PRINCÍPIOS ESTRUTURANTES DO CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO PORTUGUÊS

1. Âmbito e organização da jurisdição administrativa
2. Apresentação e visão geral dos meios processuais da jurisdição administrativa
3. Princípios gerais do contencioso administrativo português

§ 2.º – TEMAS ESSENCIAIS DO MOMENTO PRESENTE

1. Questões controvertidas relativas ao âmbito da jurisdição administrativa (à luz da jurisprudência do Tribunal de Conflitos)
2. Em tema de impugnação de actos administrativos
 - a) Legitimidade activa e interesse em agir
 - b) Legitimidade passiva
 - c) Impugnabilidade dos actos
3. Em tema de condenação na prática de actos administrativos
 - a) Articulação entre pedidos condenatórios e impugnatórios
 - b) Prática jurisprudencial da acção de condenação e preservação da margem de livre decisão administrativa
4. Em tema de contencioso dos regulamentos
 - a) Regime do contencioso dos regulamentos à luz da Constituição
 - b) A chamada “litigância estrutural” (de políticas públicas)
5. Algumas questões actuais em tema de processos urgentes
6. Contencioso administrativo e arbitragem



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

7. Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular:

A assinalada coerência decorre da escolha de temas de grande actualidade e relevância e de abordagens que contribuem para um aprofundamento significativo de conhecimentos, com importante dimensão de aplicação prática desses conhecimentos.

8. Metodologias de ensino:

Aulas teórico-práticas, expositivas e com interacção com os alunos, no âmbito de um curso de mestrado em direito e prática jurídica. Além da exposição dos temas pelo docente, as aulas incidem sobre a análise crítica de jurisprudência e recensão crítica de bibliografia relevante.

9. Avaliação:

Exame escrito final, juntamente com assiduidade nas aulas e qualidade do trabalho desenvolvido nas mesmas (que inclui a elaboração e defesa de um *short paper*, com 5 páginas), nos termos do regulamento de avaliação em vigor (50% para cada componente).

10. Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular:

As metodologias de ensino são consistentes com um curso de mestrado em direito e prática jurídica, em concreto numa unidade curricular de direito processual, na medida em que combinam uma dimensão expositiva com uma grande componente de análise crítica de jurisprudência, não descurando o aprofundamento que caracteriza o nível de mestrado.

11. Bibliografia principal¹:

AMADO GOMES, CARLA / NEVES, ANA F. / SERRÃO, TIAGO, *Comentários à Legislação Processual Administrativa*, 2 vols., Lisboa: AAFDL, 6.^a ed., 2024.

AROSO DE ALMEIDA, MÁRIO, *Manual de Processo Administrativo*, 7.^a ed., Coimbra: Almedina, 2022.

AROSO DE ALMEIDA, MÁRIO/CADILHA, CARLOS, *Comentário ao Código de Processo nos Tribunais Administrativos*, 5.^a ed., Coimbra: Almedina, 2021.

VIEIRA DE ANDRADE, JOSÉ CARLOS, *A Justiça Administrativa (Lições)*, 19.^a ed., Coimbra: Almedina, 2021.

Curricular Unit Sheet

Course Masters in Law and Legal Practice (Mestrado em Direito e Prática Jurídica)

1. Curricular Unit Name:

Administrative Justice

2. Complementary Information:

Duration: Semester Annual

Work hours: 196

Credits ECTS: 7

3. Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit:

¹ Serão fornecidas referências específicas para aprofundamento durante as aulas.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Prof. Doutor Miguel Assis Raimundo

4. Other academic staff and respective workloads in the curricular unit:

5. Learning outcomes of the curricular unit:

- Advanced command of the structuring principles and current main issues of Portuguese administrative litigation law/administrative justice system
- Ability to critically analyse judgments and doctrinal articles and develop autonomous research skills, with the level of depth typical of the master's course
- Solution of legal problems (in the form of practical cases), providing students with tools that allow them to act in the different professional contexts related to administrative litigation (judiciary, counsel, functions in administrative authorities, alongside citizens or companies)

6. Syllabus:

PORTUGUESE ADMINISTRATIVE JUSTICE: ESSENTIAL TOPICS OF THE PRESENT MOMENT

§ 1.º – GENERAL PRESENTATION AND PRINCIPLES

1. Scope and organization of the portuguese system of administrative justice
2. Overview of legal remedies
3. General principles

§ 2.º – ESSENTIAL TOPICS OF THE PRESENT MOMENT

1. Issues regarding the scope of administrative justice
2. Regarding judicial review of administrative decisions
 - a) Standing
 - b) Conditions of judicial review
3. Injunctions
 - a) Injunctions vs judicial review
 - b) Case law and respect for administrative discretion
4. Judicial review of administrative regulations
 - a) Judicial review of regulations and the Constitution
 - b) The so-called “structural litigation” (public policies and administrative justice)
5. Some current debates on urgent remedies
6. Administrative justice and arbitration

7. Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives:

The coherence between contents and objectives stems from the choice of highly pressing and relevant topics and approaches that contribute to a significant deepening of knowledge, with an important dimension of practical application of this knowledge.

8. Teaching methodologies:

Theoretical-practical classes, with interaction with students, within the framework of a master's course in law and legal practice. In addition to the presentation of themes by the professor, the classes focus on the critical analysis of case law and critical review of relevant bibliography.

9. Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes:

The teaching methodologies are consistent with a master's course in law and legal practice, specifically in a curricular unit of procedural law, insofar as they combine an expository dimension with a large component of critical analysis of case law, not neglecting the depth that characterizes the master's level.

10: Evaluation:

Final written exam, together with class attendance and quality of the work carried out during classes (which includes drafting and defending a short paper, 5 pages long), according to the terms of the Evaluation Regulations in force.

11: Main Bibliography:



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

AMADO GOMES, CARLA / NEVES, ANA F. / SERRÃO, TIAGO, *Comentários à Legislação Processual Administrativa*, 2 vols., Lisboa:

AAFDL, 6.^a ed., 2024.

AROSO DE ALMEIDA, MÁRIO, *Manual de Processo Administrativo*, 7.^a ed., Coimbra: Almedina, 2022.

AROSO DE ALMEIDA, MÁRIO/CADILHA, CARLOS, *Comentário ao Código de Processo nos Tribunais Administrativos*, 5.^a ed., Coimbra: Almedina, 2021.

VIEIRA DE ANDRADE, JOSÉ CARLOS, *A Justiça Administrativa (Lições)*, 19.^a ed., Coimbra: Almedina, 2021.